



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

BIBLIOTECA

DATA

14.02.2024

PÁGINA Nº

1 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- 📍 [IDEOLOGIA E CONFLITOS POLÍTICOS – O Popular](#)
- 📍 [GESTÃO EFICIENTE X FISIOLÓGISMO – O Popular](#)
- 📍 [MUNDO SE TORNOU UM BARRIL DE PÓLVORA – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [PALIATIVO CONTRA EVASÃO – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [QUEM VAI PISCAR PRIMEIRO NA RELAÇÃO ENTRE LULA E ARTHUR LIRA – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [GEOPOLÍTICA MUNDIAL PODERÁ BENEFICIAR O BRASIL – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [EM VEZ DE DESCULPAS, PROTEÇÃO ONLINE A CRIANÇAS E ADOLESCENTES – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [DECISÃO DE MORAES APONTA CAMINHO EM ETAPAS ATÉ INDICAÇÃO DO CHEFE DA QUADRILHA – Folha de São Paulo](#)
- 📍 [COMBATE AO TRÁFICO DE ARMAS PARA SEGURANÇA PÚBLICA EFICAZ – O Hoje](#)
- 📍 [EXÉRCITO DIZ QUE MEDIDAS DEPENDEM DE ORDEM DA JUSTIÇA – O Hoje](#)
- 📍 [INVESTIGADOS APOIAM ATO NA PAULISTA – Correio Braziliense](#)
- 📍 [IGUALDADE SALARIAL DESAFIA EMPRESAS – Correio Braziliense](#)
- 📍 [CRISE DA DEMOCRACIA NO BRASIL – Correio Braziliense](#)
- 📍 [AVANÇO DA PF DEVE ACELERAR DENÚNCIA DE BOLSONARO PELA PGR – Valor Econômico](#)
- 📍 [ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA FECHAM 2023 COM RECEITA MAIOR E PROJETAM CRESCIMENTO – Valor Econômico](#)
- 📍 [GRANDES BANCAS PASSAM A INVESTIR EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – Valor Econômico](#)
- 📍 [SANEAMENTO BÁSICO E O LICENCIAMENTO AMBIENTAL – Valor Econômico](#)
- 📍 [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 14.02.2024 – PÁG. 03

Ideologia e conflitos políticos

Itami Campos

A ideologia tem entendimentos diversos, mas em relação à política, destaco o conceito de um autor - “um conjunto de ideias pelas quais homens/mulheres postulam, explicam e justificam fins e meios da ação social organizada, especialmente da ação política”. (M. Seliger apud T. Eaglaton, Ideologia, 1997). De longa data a ideologia vem moldando e tornando diferente o comportamento do cidadão, também da ação política. Na Revolução de 1789, nas disputas e ações daquele momento na França, dois blocos se confrontam na Assembleia Nacional, sendo apresentados como direita e esquerda. Desde então “conservadores” e “progressistas” passaram a ser assim enquadrados na política e nos partidos.

No Brasil, desde muito disputas e confrontos ideológicos se apresentaram. No Império, vale destacar a escravidão, com confrontos e disputas políticas que resultaram não somente na libertação dos escravos, também no fim do reinado e na República. Na República, em alguns momentos, a questão ideológica movimentou o cenário político, levando à ruptura da ordem pública. Nos anos 1930, integralistas e comunistas mantiveram-se politicamente ativos, com confrontos nas ruas. Getúlio Vargas aproveitou-se destes confrontos para em aliança com os militares dar o golpe de estado em 1937, estabelecendo a ditadura do Estado Novo. Posteriormente, conflitos políticos levaram Getúlio ao suicídio, agosto de 1954.

No período caracterizado por “populista” (1945-1964), a política brasileira caminhou para a radicalização, mesmo com partidos conservadores, PSD e UDN, dominando o cenário político. Após a renúncia de Jânio Quadros, agosto de 1961, os confrontos de esquerda x direita se acentuaram. A pressão militar e da direita levou ao Parlamentarismo, porém logo o Presidencialismo retorna com João Goulart presidente, sendo que o reformismo proposto por Jango acentua o conflito ideológico, daí a intervenção militar e o golpe de estado, em 1964.

No Regime Militar, apesar do controle estabelecido, das prisões, cassações de mandatos e aposentadorias, o movimento pela democratização cresceu, com os partidos de oposição atuando na mobilização popular, além disso a crise econômica dificultava a governabilidade. A redemocratização, pós 1985, trouxe a estabilização das forças políticas. Logo a Constituinte e a constitucionalização acontecem, com um jogo político menos radical, embora a hiperinflação acentue a crise da economia. No governo Itamar Franco, o Plano Real traz estabilização da economia, mudando o cenário nacional.

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), 1995-2002, e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 2003-2010, o jogo político de direita e esquerda se mantiveram, mas com moderação. Em 2010, o PT elege Dilma



Rousseff. As denúncias de corrupção no governo petista desestabilizaram a administração federal, sendo a presidente afastada por impeachment em 2016.

Gestão eficiente x Fisiologismo

Gabriel Tenaglia Carneiro



A Constituição Federal, em seu artigo 37, promulgou os princípios da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Este último princípio, eficiência, nos faz refletir a gestão na esfera municipal.

Nos municípios, a interface entre gestão eficiente e fisiologismo adquire contornos específicos, uma vez que é no nível local que muitas decisões impactam diretamente a vida das pessoas. A gestão eficiente em âmbito municipal envolve o planejamento urbano, a preservação do meio ambiente, a prestação de serviços básicos, o desenvolvimento econômico sustentável e a promoção do bem-estar social. Contudo, é nesse cenário que o fisiologismo muitas vezes se manifesta de maneira mais evidente na governabilidade.

Podemos compreender, conforme a professora Girardi (2019), que “fisiologismo” é uma relação de poder político em que determinadas ações e decisões políticas são tomadas em troca de favores, votos ou cargos políticos. Sob a égide da governabilidade, a pressão por cargos públicos, a distribuição de recursos com base em interesses políticos e a falta de critérios técnicos na tomada de decisões são desafios recorrentes nos municípios.

Bresser (1998) disse que a governabilidade entre Executivo, Legislativo e a Sociedade Civil, depende: a) adequação das instituições políticas capazes de intermediar interesse dentro do Estado e na Sociedade Civil; b) existência de mecanismos de responsabilização (accountability) dos políticos e burocratas perante a sociedade; c) capacidade de a sociedade limitar as demandas e do governo em atender as demandas.

Assim, a gestão eficiente pode ser prejudicada quando práticas clientelistas prevalecem sobre o mérito, sobre o conhecimento, levando a escolha de atores desvinculados das necessidades reais da população. Isso pode resultar em administrações pouco eficazes, com serviços públicos de baixa qualidade e investimentos que não potencializam o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a criação de mecanismos de controle social pode ser uma estratégia para envolver a população na tomada de decisões e aumentar a transparência. A conscientização da população sobre a importância de se ter escolhas técnicas para ocuparem cargos estruturantes no âmbito municipal é fator fundamental no processo da construção de uma gestão eficiente.

Por fim, a interface entre gestão eficiente e fisiologismo nos municípios é um desafio complexo que requer esforços coordenados de todos os atores políticos: Executivo, Legislativo, Sociedade Civil e População na

implementação de uma governança que promova a eficiência, o mérito, a competência e, assim, permita a construção de uma cidade inteligente e sustentável.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 14.02.2024 – PÁG. A2

Mundo se tornou um barril de pólvora

Instabilidade geopolítica causa recorde em gastos militares e, associada a populismo no Ocidente, recomenda cautela à diplomacia do Brasil

Nunca se gastou tanto quanto em 2023 com defesa no planeta, salvo em períodos de guerras mundiais. No ano passado, as despesas militares somadas de 173 países atingiram US\$ 2,2 trilhões, o equivalente ao PIB brasileiro. Esse montante, estimado pela organização britânica Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, disparou e deixou de emular o ritmo do crescimento econômico, como era o padrão, passando a refletir nova corrida armamentista.



A guerra na Ucrânia, deflagrada pela invasão russa em fevereiro de 2022, tornou-se um catalisador dessa militarização. O efeito não se resume a Moscou e Kiev; abrange fortemente países europeus que compõem a aliança ocidental da Otan, cujo dispêndio saltou 40% em apenas um ano. Os EUA, líderes no ranking do gasto militar que consomem o mesmo que as 14 nações subsequentes, aceleraram despesas de olho no recrudescimento da ameaça da Rússia e, paralelamente, na rivalidade estratégica crescente com a China.

A polarização aguda entre Washington e Pequim tem sido outra alavanca do armamentismo global, estimulando o dispêndio militar dos dois gigantes e de outras nações na região indo-pacífica. Conflitos e escaramuças locais, como no Oriente Médio, também impulsionam a corrida bélica. Se países se armam até os dentes, é porque percebem mais instabilidade geopolítica. Os vaticínios mais otimistas após a implosão da União Soviética, de que a Rússia e a China se pacificariam pela integração econômica em escala planetária, revelaram-se equivocados.

O barateamento dos artefatos de destruição —e o financiamento de governos estrangeiros interessados em fustigar adversários indiretamente— elevou a capacidade de causar estragos de grupos insurgentes e terroristas. A validade da teoria de que potências nucleares teriam maior imunidade contra agressões estrangeiras está sendo colocada à prova. O fanatismo religioso e o ultranacionalismo que embasam plataformas de aniquilação do inimigo tampouco dão mostras de esmorecer.

Não bastassem as tribulações em nações que jamais se distanciaram da autocracia, os regimes de tradição ocidental enfrentam dentro de suas fronteiras uma onda populista que desafia fundamentos como a separação e a limitação dos poderes institucionais.

O quadro é delicado o suficiente para recomendar cautela à navegação diplomática de um país como o Brasil. Nesse ambiente, a escolha de aliados e de causas no plano internacional pode facilmente alimentar os adversários internos da democracia representativa.

Paliativo contra evasão

Governo define ajuda a alunos no ensino médio, que ainda precisa de reforma



Com duas portarias do Ministério da Educação, o governo começou a regulamentar o programa destinado a oferecer ajuda financeira a alunos pobres do ensino médio. Dada a ainda elevada taxa de evasão nessa etapa da vida escolar, no mais das vezes causada pela desigualdade social, a iniciativa tem objetivos corretos. Serão quatro tipos de incentivo: para matrícula (R\$ 200 por ano); para frequência (R\$ 1.800, em nove parcelas mensais); para realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem, R\$ 200); e para a conclusão de cada série (R\$ 1.000 anual).

Neste último caso, o valor é acumulado em poupança e só será resgatado ao término dos estudos. Poderão participar apenas alunos de escolas públicas que cursem o ensino médio ou o programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), que tenham entre 14 e 24 anos de idade e façam parte de família inscrita no cadastro da baixa renda —terão prioridade aquelas que recebam o Bolsa Família.

Os números atestam a importância de tal política pública. Segundo o Censo Escolar, em 2022 a taxa de evasão no ensino médio chegou a 6,5% —1,5 ponto percentual acima da verificada no ano anterior.

Pesquisa do IBGE de 2019 mostrou que 39,1% das pessoas entre 14 e 29 anos que não concluíram a educação básica deixaram a escola para trabalhar. A adesão ao ensino integral também é afetada pela vulnerabilidade social. Em São Paulo, por exemplo, 50% das escolas do estado seguem esse modelo, mas apenas 17% dos alunos estudam nelas.

Aqueles que precisam trabalhar vão para o ensino parcial ou abandonam a escola. Também é baixo o interesse pelo Enem, principal forma de ingresso no ensino superior. Em 2023, dos 4 milhões de inscritos, só 2,7 milhões (68%) fizeram a prova. Segundo o MEC, o gasto com o novo programa será de R\$ 7,1 bilhões ao ano, com previsão de 2,5 milhões de estudantes beneficiados. Não se detalharam ainda os parâmetros que embasam as cifras. Trata-se de política meritória que demandará execução criteriosa e avaliação de custos e eficácia. Em qualquer cenário, continua necessária a reforma do ensino médio.

Quem vai piscar primeiro na relação entre Lula e Arthur Lira

O desenrolar dessa parceria irá definir boa parte do que serão os dois últimos anos de Lula 3

Raunier Bragon

Há uma decisão a ser tomada em Brasília com potencial para rearranjar boa parte do tabuleiro político. Ela diz respeito à seguinte pergunta: o presidente Lula (PT) e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) vão se enfrentar ou vão renovar a parceria por mais dois anos?

O enredo passado é conhecido. Apesar da apertada vitória sobre Jair Bolsonaro (PL), a esquerda elegeu pouco mais de 100 das 513 cadeiras da Câmara. Logo, Lula adotou a única decisão aparentemente sensata no rumo da governabilidade e apoiou de cara a reeleição de Lira para o comando da Casa em fevereiro de 2023.

Não foi uma escolha trivial. Lira chefia o direitista centrão e conduziu não só a tropa que deu sustentação política a Bolsonaro como trabalhou para reelegê-lo. Lira e o centrão, como esperado, pularam no barco do novo governo. É da vida, é o centrão.



Ocorre que um governo Lula com um presidente da Câmara do PT ou da esquerda é uma coisa (Lula conseguiu isso em boa parte de seus dois primeiros mandatos), outra é um governo Lula com o centrão dando as cartas no Legislativo.

O petista e seus articuladores políticos sentiram isso na pele em 2023. Em fevereiro de 2025 há a eleição para a sucessão de Lira, que não pode mais disputar o cargo. Há um sonho de petistas de cozinhar o presidente da Câmara em banho-maria até o fim do ano e, então, jogar todas as fichas em um candidato mais palatável.

Não do PT, não há chance para isso, mas alguém que tope devolver ao governo a gerência da maior parte das bilionárias emendas parlamentares. Isso ficou a cargo de Lira e de seus aliados no governo Bolsonaro e, sob Lula, é motivo das perenes desavenças Planalto-Câmara.

Como Lira não é principiante, busca convencer os pares de que eleger um sucessor de sua confiança —o amigo Elmar Nascimento (União Brasil-BA)— é o melhor para manter o modelo. O encontro entre Lula e Lira na última sexta serviu para zerar o jogo até aqui. A partida, porém, só termina daqui a um ano.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 14.02.2024 – PÁG. A3

Geopolítica mundial poderá beneficiar o Brasil

Lição de casa começa por um plano de longo prazo, o que ainda não temos

Paulo Feldmann

O ano de 2024 será extremamente complexo do ponto de vista geopolítico —e já começou, em janeiro, com a derrota da China nas eleições presidenciais de Taiwan, o que aumenta o risco de a ilha ser pivô de um novo conflito mundial.

Várias guerras por disputas territoriais já ocorrem simultaneamente. Também teremos embates eleitorais cujos resultados trarão impactos à economia. Neste caso, estamos falando principalmente do pleito norte-americano, em novembro. Os prováveis candidatos, Joe Biden e Donald Trump, possuem visões divergentes em relação à maioria dos problemas mundiais, e não apenas sobre como lidar com a questão chinesa, mas sobretudo no que concerne aos conflitos entre Rússia e Ucrânia e Hamas (leia-se Irã) e Israel —sem contar a questão do aquecimento global. Também teremos eleições importantes em mais de 70 países, o que deve levar às urnas mais de 2 bilhões de eleitores. Tudo isso torna difícil avaliar qual será o cenário político ao final do ano.



Entretanto, poderá ser uma enorme oportunidade para o Brasil. Afinal, temos uma pauta exportadora de produtos fundamentais para as economias líderes, principalmente em momentos de crise. Batemos nosso recorde de exportações em 2023, como bem mostrou o vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB), neste mesmo

espaço ("O sucesso do comércio brasileiro no mundo", 7/1). O Brasil já é o segundo maior produtor e exportador de produtos agrícolas e alimentícios. Teremos crises mundiais sérias, mas as pessoas vão continuar precisando se alimentar. Quem melhor que o Brasil para ser o principal fornecedor de alimentos nessa hora?

Apesar de todos os problemas, e também por causa deles (sem falar das catástrofes naturais que crescem exponencialmente), o mundo está aos poucos privilegiando comprar de países que se preocupam e dão importância ao tema ambiental. No ano passado, diminuimos em 50% o desmatamento na Amazônia. Nossa energia elétrica vem majoritariamente da água, do sol e dos ventos. Está se consolidando na opinião pública mundial que somos o país da sustentabilidade. Se os europeus realmente levarem a sério a afirmação de que só vão comprar produtos produzidos em países que reduzirem a emissão de CO2, então somos a melhor alternativa.

Do ponto de vista de atração de investimentos, também estamos nos tornando mais atraentes que nossos pares, principalmente na América do Sul. Além de termos o maior mercado consumidor do continente após os Estados Unidos, estamos no processo de redução das taxas de juros, o que certamente fomentará os investimentos produtivos em nosso país. Sem contar que realmente precisamos de ajuda externa para realizar

as enormes obras de infraestrutura para uma nação em crescimento. As tentativas fracassadas de golpe mostraram que temos instituições fortes e confiáveis. É o que mais o investidor estrangeiro deseja.

Considerando que as questões geopolíticas vão afetar quase todas as cadeias de valores mais importantes da economia mundial, mais até que no período 2019-20 em razão da Covid-19, precisamos mostrar para as grandes empresas multinacionais que somos a melhor alternativa para elas aqui operarem. Mas essas coisas não caem do céu. Precisamos fazer a lição de casa, que começa por um plano de longo prazo, o que não temos. Qual a estratégia do Brasil para 2030? Ninguém sabe.

Precisamos urgentemente de um plano que possibilite nos afirmarmos nos pontos acima assinalados, mas que também resolva nossos problemas crônicos como a desigualdade de renda e a perda da nossa capacidade industrial. Afinal, segundo o Banco Mundial, somos o país que mais se desindustrializou nos últimos 30 anos. Estamos entre os quatro países do mundo com a maior taxa de homicídios por 100 mil habitantes. Ou seja, não faltam desafios para o Brasil, mas, por outro lado, agora poderemos ser o grande supridor de alimentos do planeta. Seria no mínimo estranho e incoerente se, neste momento, cerca de 10% da população brasileira continuasse passando fome. Chegou a hora de resolver também as enormes mazelas sociais e, finalmente, desenvolvermos uma estratégia para o país chegar rapidamente ao papel de protagonista mundial.

Em vez de desculpas, proteção online a crianças e adolescentes

Há de se impor às big techs transparência, prevenção de abusos e suporte

Maria Mello / Rodrigo Nejm

As empresas de redes sociais são parte da sociedade e, por isso, responsáveis pelos danos que seus produtos e serviços causam a crianças e adolescentes. Recentemente, as big techs uniram parlamentares democratas e republicanos dos EUA em torno de uma única bandeira: dar um basta às práticas abusivas contra crianças e adolescentes em ambientes digitais, que acontecem por suas ações diretas ou indiretas e em razão do seu modelo de negócios inegavelmente exploratório.

A sessão no Senado norte-americano, da qual participaram dirigentes das principais plataformas do mundo —Meta (Instagram, Facebook e WhatsApp), TikTok, "X" (ex-Twitter), SnapChat e Discord—, colocou em jogo a discussão sobre a ausência de mecanismos legislativos efetivos para responsabilização das redes sociais por danos causados aos seus usuários, criando um sistema de negligência na conduta dessas empresas no que tange a práticas de proteção a crianças e adolescentes.

A participação de famílias que foram vitimadas pelo impacto da divulgação não autorizada de suas imagens íntimas em redes sociais elevou a temperatura e foi fundamental para sensibilizar os senadores e a mídia.



Aos CEOs, couberam respostas furtivas e vergonhosos pedidos de desculpas diante de mães e pais que expunham fotos de seus filhos e filhas.

Temas como a falta de resposta efetiva a denúncias realizadas nas redes, número de moderadores de conteúdo, transparência nos investimentos em práticas de segurança, necessidade de escuta prévia de famílias quanto a mudanças de design implementadas pelas plataformas e a garantia da privacidade e proteção de dados dos mais jovens foram reiteradamente abordados. Assuntos de especial preocupação para o Sul Global, já que as políticas dessas mesmas empresas têm seus investimentos concentrados em mercados como Europa e Estados Unidos. Se há problemas nos EUA, eles são agravados no Brasil pela pouca consideração e investimentos.

A saída proposta no "Kids Online Safety Act" (apoiada por parte dos legisladores americanos e por organizações da sociedade civil) guarda algumas semelhanças com propostas legislativas em debate no Brasil, a exemplo do PL 2630/20, em pauta no Congresso Nacional, que busca impor deveres às grandes plataformas em termos de transparência, prevenção de abusos, garantia de liberdades e suporte ao consumidor.

O projeto de lei prevê a proteção integral e prioritária dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, o acesso a dados por pesquisadores, a garantia de responsabilização por riscos sistêmicos aos seus direitos e o melhor interesse da criança como parâmetro dos serviços das plataformas. Em concordância com a regulação europeia, também proíbe práticas de direcionamento de publicidade personalizado a partir do tratamento de dados de crianças e adolescentes. Em vez de desculpas, precisamos de modelos de negócio que tenham atenção e objetivo de engajamento não só nas telas, mas sobretudo na defesa dos direitos humanos, da democracia e de uma sociedade justa.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 14.02.2024 – PÁG. A4

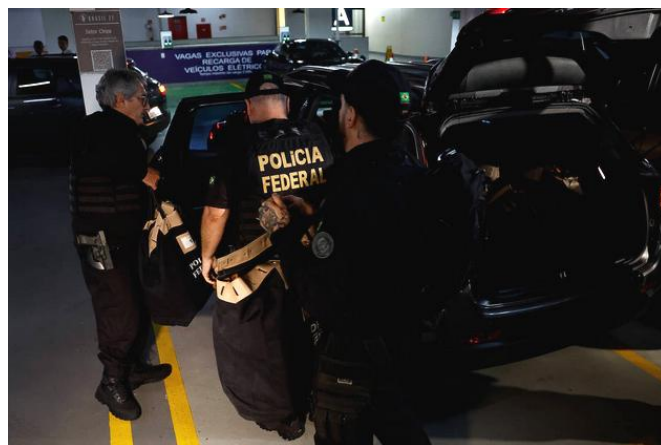
Decisão de Moraes aponta caminho em etapas até indicação do chefe da quadrilha

Despacho do ministro do STF ainda não traz descrição da hierarquia do grupo criminoso e a eventual indicação do enquadramento de Bolsonaro na estrutura

Flávio Ferreira

A falta da descrição nas decisões do ministro do Supremo Alexandre de Moraes sobre a hierarquia da suposta organização criminosa que planejava um golpe de Estado em favor do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) indica uma estratégia de investigação por etapas que é adotada em casos com grupos criminosos complexos.

As decisões também não apontam qual seria o eventual enquadramento jurídico do ex-presidente na estrutura sob apuração. Apesar de várias condutas de Bolsonaro terem sido descritas nas investigações, como a





CLIPPING

DATA
14.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
10 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

suposta participação na elaboração de uma minuta de decreto para executar um golpe, ele não foi alvo de medidas mais severas como busca e apreensão. Na atual etapa, foi determinado apenas o recolhimento de seu passaporte e que ele não se comunique com outros investigados.

Segundo a decisão de Moraes, a PF identificou diversos núcleos da organização criminosa e apontou os nomes de seus integrantes, mas Bolsonaro não foi incluído em nenhum deles. Para a PF, a organização criminosa pode ser dividida em seis grupos: núcleo de desinformação e ataques ao sistema eleitoral; núcleo responsável por incitar militares a aderirem ao golpe de Estado; núcleo jurídico; núcleo operacional de apoio às ações golpistas; núcleo de inteligência paralela; e núcleo de oficiais de alta patente com influência e apoio a outros núcleos.

Segundo o criminalista Maurício Zanoide de Moraes, professor de processo penal da USP, a descrição desses núcleos indica as funções desempenhadas por parte dos suspeitos, mas não revela a hierarquia do grupo. Zanoide de Moraes diz que a definição da cadeia de comando é requisito básico para a caracterização do crime de organização criminosa, razão pela qual outras etapas de investigação devem estar em curso.

Pierpaolo Bottini, criminalista e professor de direito penal da USP, afirma que "investigar organizações criminosas não é tarefa simples, deve haver método e inteligência. Em regra, parte dos executores diretos dos atos e aos poucos colhe informações sobre sua estrutura, hierarquia e comando. A identificação da cúpula leva algum tempo, é o ato final do processo". Para a advogada criminalista Ana Carolina Moreira Santos, presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), subseção Pinheiros, "a partir da colheita de provas com a identificação dos autores imediatos, das ações por eles perpetradas e dos objetivos, é possível a identificação dos autores mediatos, os membros da cúpula da organização criminosa".

De acordo com a decisão de Moraes, a atual etapa das apurações aborda fatos relacionados à tentativa de golpe de Estado e de abolição violenta do Estado democrático de Direito. Estão sob apuração ações do grupo para "disseminar a narrativa de ocorrência de fraude nas eleições presidenciais, antes mesmo da realização do pleito, de modo a viabilizar e, eventualmente, legitimar uma intervenção das Forças Armadas, com abolição violenta do Estado democrático de Direito, em dinâmica de verdadeira milícia digital", segundo Moraes.

Um dos fatos mais graves atribuídos a Bolsonaro pela PF foi a suposta atuação na elaboração da minuta de um decreto para dar uma roupagem formal às ações golpistas. Segundo a decisão de Moraes, a minuta "consubstanciava medidas de exceção, com detalhamento de 'considerandos' acerca de suposta interferência no Poder Judiciário no Poder Executivo, para decretar a prisão de diversas autoridades e a realização de novas eleições".

O rascunho do decreto teria sido objeto de reuniões convocadas pelo então presidente Bolsonaro que envolveram tanto integrantes civis do governo como militares da ativa, de acordo com a PF. "Quanto ao ponto, a autoridade policial destaca a ocorrência de monitoramento de diversas autoridades, inclusive do relator da presente investigação [Moraes], no sentido de assegurar o cumprimento da ordem de prisão, em caso de consumação das providências golpistas", completa a decisão. Para Moraes, já está comprovada a prática de crimes contra a democracia e associação criminosa, cuja soma das penas máximas chega a 23 anos de prisão.

A punição aos investigados, porém, pode superar esse total caso fique comprovado que os suspeitos também cometeram atos de violência. O delito mais grave descrito no despacho é o de tentativa de dar um golpe de Estado —que tem pena mínima de 4 anos e máxima de 12 anos, além da punição correspondente à violência empregada para a busca de tomada do poder. O outro delito reconhecido por Moraes é o de tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito. Esse crime ocorre quando alguém atua com violência ou grave ameaça para impedir ou restringir o exercício dos poderes constitucionais, como, por exemplo, o livre funcionamento do Supremo. A punição vai de 4 a 8 anos de prisão, além da pena relativa à violência utilizada.

Em relação a suspeitos presos na operação da PF de quinta-feira (8), Moraes também citou a ocorrência do crime de associação criminosa, que tem pena de 1 a 3 anos de reclusão. Caso seja indiciado, processado e condenado por esses três crimes, Bolsonaro, hoje com 68 anos, poderá ficar inelegível por mais de 30 anos. Segundo especialistas ouvidos pela Folha, na hipótese de condenação sob acusação de um plano de golpe, a inelegibilidade decorreria do artigo 15 da Constituição Federal, que prevê que os punidos penalmente após esgotados seus recursos aos tribunais têm os direitos políticos suspensos durante o período de execução de suas penas e, por isso, não podem ser votados ou votar. Assim, na hipótese de aplicação das penas máximas, Bolsonaro ficaria inelegível por 23 anos. Especialistas em direito eleitoral dizem que, a esse período, ainda poderia ser acrescida a punição de inelegibilidade de 8 anos estabelecida na Lei da Ficha Limpa, perfazendo assim 31 anos de proibição de disputar eleições.

JORNAL – O HOJE – 14.02.2024 – PÁG. 03

Combate ao tráfico de armas para segurança pública eficaz

Raquel Gallinati

O presidente Lula assinou o novo decreto de armas, criado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil. Esta nova legislação estabelece regras mais rígidas para a posse e porte de armas, tanto para defesa pessoal quanto para caçadores, atiradores e colecionadores.

Dentre as mudanças está a diminuição na quantidade de armas e munições permitidas para civis, limitando a posse a duas armas e 50 munições por arma, anualmente, podendo ter exceções em categorias específicas.



Caçadores agora precisam pertencer à categoria “excepcionais” e requererem autorização do IBAMA para terem acesso a um número maior de armas e munições. Para os colecionadores, a legislação limita a posse a um único exemplar de cada modelo, tipo, marca, variante, calibre e procedência de arma. No entanto, estão proibidas as armas automáticas e as longas semiautomáticas de uso restrito cujo primeiro lote de fabricação tenha menos de 70 anos.



CLIPPING

DATA

14.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

12 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Também houve uma restrição na posse de alguns calibres de armas. As pistolas 9mm, .40 e .45 ACP, voltaram a ser de uso restrito e as armas longas de alma lisa semiautomáticas independentemente do calibre passaram a ser de uso restrito. Além disso, foi eliminado o porte de trânsito municiado para caçadores, atiradores e colecionadores. Estes agora necessitam de uma guia de tráfego para transitar com as armas de fogo registradas em seus acervos – desmuniadas, em trajetos preestabelecidos e por períodos pré-determinados. Os clubes de tiro tiveram seu horário de funcionamento limitado, podendo operar somente entre as 6h e 22h.

O novo decreto também estipulou limites para a validade dos registros de armas. Para colecionadores, atiradores esportivos e caçadores excepcionais, o prazo é de três anos. Para registros concedidos para posse e caça de subsistência, ou para empresas de segurança privada, o prazo é de cinco anos. Quanto aos integrantes das forças de segurança, a validade de seus registros de armas de fogo é indeterminada. Finalmente, as competências relacionadas a atividades civis que incluem armas e munições passarão gradualmente para a Polícia Federal. Com isso, a PF passa a exercer funções como definição, normatização e fiscalização de atividades e procedimentos.

No entanto, essa política de restrição à posse de armas de fogo, estabelecida em 2003 pelo Estatuto do Desarmamento, tem sido objeto de contínua discussão no Brasil. Política esta que não conseguiu reduzir os crimes violentos no país, pois apenas desarma os cidadãos respeitadores da lei, enquanto os criminosos, que se abastecem de armas ilegalmente, não são afetados por essas restrições. Nestes casos, a legislação de controle de armas pode criar uma disparidade perigosa onde a população cumpridora da lei é desarmada e os criminosos permanecem armados.

Essa situação ressalta a importância de considerar uma variedade de fatores além das políticas de controle de armas para a redução efetiva da violência e da criminalidade. Países como a Alemanha, a Suécia e a Áustria, cujas taxas de homicídios são muito baixas, possuem mais de 30 armas de fogo para cada 100 habitantes. Por outro lado, Honduras, o país mais violento do mundo, tem proporcionalmente muito menos armas – 6 para cada 100 habitantes. Nos Estados Unidos, onde a população pode possuir armas em casa, houve uma queda acentuada na violência na última década, enquanto a venda de armas se intensificou.

Logo, podemos chegar à conclusão de que não existe uma relação direta, científica e matemática entre restringir a posse de arma da população e a redução de violência ou de homicídios. Em contrapartida, existe uma correlação reconhecida entre a diminuição da violência e a restrição do tráfico ilícito de armas. As armas ilegais são utilizadas na prática de crimes, incluindo latrocínios, homicídios, e atividades associadas ao crime organizado. Quando o tráfico de armas é eficientemente combatido e o acesso a armas de fogo ilegais é reduzido, geralmente observa-se uma diminuição nas taxas de criminalidade violenta. Combater o tráfico de armas ilegais é urgente, e deve ser parte de uma estratégia de segurança pública mais ampla que também aborde as raízes sociais e econômicas da violência e garantir que existam vias legais e seguras para aqueles que desejam possuir armas de fogo para legítima defesa, caça, tiro esportivo, colecionador ou mesmo atividades recreativas.

JORNAL – O HOJE – 14.02.2024 – PÁG. 06

Exército diz que medidas dependem de ordem da Justiça

O Exército informou que as providências contra alvos da Operação Tempus Veritatis, da Polícia Federal (PF), serão tomadas “em conformidade com as decisões jurídicas”. Deflagrada na quinta-feira (8), a operação investiga organização criminosa que, segundo a corporação, atuou na tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito para obter vantagem de natureza política com a manutenção do então presidente Jair Bolsonaro no poder.

Dentre os alvos da operação estão diversos militares que integraram o governo de Bolsonaro. “O Centro de Comunicação Social do Exército informa que as investigações acerca do assunto estão a cargo de inquérito determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e conduzido pela Polícia Federal”, diz a nota.



“O Exército, enquanto Instituição que prima pela legalidade e pela harmonia entre os demais entes da República, vem colaborando com as autoridades policiais nas investigações conduzidas. As providências, quando necessárias, serão tomadas em conformidade com as decisões jurídicas acerca do assunto.”

A PF cumpriu mandados em Goiás, Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Ceará, Espírito Santo, Paraná e Distrito Federal. Apenas no primeiro dia foram 33 mandados de busca e apreensão e quatro de prisão preventiva.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 14.02.2024 – PÁG. POLÍTICA

Investigados apoiam ato na Paulista

Integrantes de inquéritos no STF demonstram apoio ao protesto convocado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. No entanto, podem sofrer punições legais caso compareçam ao evento, em razão de medidas cautelares definidas pela Corte

Renato Souza

Enquanto as investigações da Polícia Federal sobre um plano golpista tramado no segundo semestre de 2022 prosseguem, alguns dos parlamentares que são alvos das diligências planejam adesão ao ato convocado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para o próximo dia 25 na Avenida Paulista. O próprio ex-presidente é um dos acusados, pois de acordo com as informações que estão no inquérito que corre no Supremo Tribunal Federal (STF), ele participou ativamente da organização de ações contra as eleições e se opôs ao funcionamento das instituições. Por conta disso, está sob a aplicação de medidas cautelares.

Pelas redes sociais, o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) publicou o vídeo de Bolsonaro convocando para o ato. Ramagem é ex-diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e suspeito de usar a estrutura da entidade para espionar críticos do governo, entre ministros do Supremo, políticos de oposição e jornalistas.

“Os policiais federais destacados, sob a direção de Alexandre Ramagem, utilizaram às ferramentas e serviços da Abin para serviços e contrainteligência ilícitos e para interferir em diversas investigações da Polícia Federal, como, por exemplo, para tentar fazer prova a favor de Renan Bolsonaro, filho do então presidente Jair Bolsonaro”, destaca um dos trechos do inquérito conduzido pelo ministro Alexandre de Moraes.

Além de Ramagem, quem também apoiou a convocação do ato foi o deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ), acusado de incitar os atos golpistas de 8 de janeiro, quando extremistas invadiram as sedes dos Três Poderes, em Brasília. “Próximo 25 de fevereiro. Avenida Paulista, às 15 horas. Deus, pátria, família e liberdade”, escreveu o parlamentar nas redes sociais.

Junto com a mensagem, ele também postou o vídeo de Bolsonaro convocando para o evento. As palavras usadas na publicação também foram usadas pelo ex-presidente. Bolsonaro está impedido de deixar o país, pois teve seu passaporte apreendido e também não pode manter contato com outros investigados, como, por exemplo, o general Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).



As medidas cautelares impedem que investigados no mesmo inquérito compareçam ao ato do dia 25 - pois o contato entre eles pode levar a prisões preventivas por descumprimento da determinação judicial. Rodolfo Tamanaha, cientista político e professor de Direito do Ibmec Brasília, afirma que a proibição de contato veda a possibilidade de reunião, mesmo em local público e com outras pessoas. “É uma questão mais objetiva. Como houve a proibição das pessoas investigadas se reunirem, de qualquer maneira, de qualquer forma. Se a pessoa sobe em um carro elétrico junto com o ex-presidente, realmente será um descumprimento da decisão do ministro”, disse.

No entanto, Tamanaha destaca que, em princípio, não existe proibição para que Bolsonaro convoque manifestações de seus apoiadores. Mas terá de se comportar de maneira que não ataque as instituições ou a democracia. “A convocação do Bolsonaro em relação a iniciativa no dia 25, em princípio, não está vedada. Pois ele não teve limitado seu direito à liberdade de expressão, direito de ir e vir. Participar de um ato como esse, ou convocar, em princípio, não seria um problema. Mas ele se encontra sob investigação. Se ele fizer algum tipo de comentário, até indireto criticando o Supremo, a PF, pode ser visto como um descumprimento da decisão”, completou.

Ontem, pelas redes sociais, Jair Bolsonaro postou uma foto tirada na década de 60. Na imagem, ele aparece junto do pai durante uma pescaria. Ao lado de ambos, está uma traíra de 12 quilos morta. Internautas ligaram

o caso a eventual alusão a “traidores”, como delatores que poderiam revelar informações importantes do bolsonarismo para autoridades que investigam o núcleo político do grupo.

Avanço

Na avaliação dos investigadores, as provas colhidas nas últimas três semanas fizeram com que as diligências avançassem rapidamente e o inquérito deve ser encerrado nos próximos meses. Porém, existe a expectativa de duas novas delações entre os investigados, uma de integrante do núcleo político da organização criada para realizar a tentativa de golpe e uma outra que se desenvolve entre os militares de alta patente que são acusados de participar do plano golpista.

Dos seis núcleos da organização criminosa apontada pela PF como a organizadora da tentativa de golpe, um é composto pelos militares que formavam o governo Bolsonaro ou a alta cúpula das Forças Armadas. Eram eles o general Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil e da Defesa; o general Augusto Heleno; o general Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; almirante Almir Garnier Santos, ex-comandante da Marinha; general Mário Fernandes, general Estevam Cals Theophilo, ex-chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército, entre outros.

As diligências e as decisões da Justiça também podem levar à punições no Exército. Em nota, a força terrestre informou que colabora com as diligências e aguarda a Justiça. “O Exército, enquanto instituição que prima pela legalidade e pela harmonia entre os demais entes da República, vem colaborando com as autoridades policiais nas investigações conduzidas. As providências, quando necessárias, serão tomadas em conformidade com as decisões jurídicas acerca do assunto,” diz o texto.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 14.02.2024 – PÁG. ECONOMIA

Igualdade salarial desafia empresas

Organizações de todos os portes estão cada vez mais preocupadas com a aproximação da divulgação do relatório previsto na Lei da Igualdade Salarial, no dia 15 de março. A expectativa é de que todas tenham uma discrepância a ser resolvida

Rosana Hessel

Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em julho, a Lei nº 14.611/2023, que trata da igualdade salarial e dos critérios remuneratórios entre homens e mulheres, ainda precisa ser cumprida por empregadores. Para isso, um dos mecanismos que vai medir a eficácia da regra será o relatório de transparência do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que será lançado em 15 de março e terá divulgação semestral.

A aproximação dessa data tem deixado empresas de todos os portes preocupadas, tanto que há muita insegurança sobre as regras para o envio das informações para o MTE, que fará a fiscalização do cumprimento das





CLIPPING

DATA

14.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

16 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

regras e a autuação.

Conforme o previsto na Lei da Igualdade Salarial, todas as empresas com mais de 100 funcionários precisarão responder ao questionário preparado pelo MTE até o próximo dia 29, para a elaboração do relatório. A princípio, os dados já contabilizados pela pasta indicam que todas as empresas deverão apresentar problemas que precisarão ser solucionados o quanto antes, para evitar multas e processos administrativos.

A expectativa é de que o ministério divulgue a listagem das empresas que estão mais enquadradas e menos enquadradas na lei e essas companhias precisarão divulgar os dados internamente, de acordo com a subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho do MTE, Paula Montagner. “Estamos querendo identificar as diferenças e as empresas vão ter a oportunidade de explicar os motivos. Se elas forem explicadas, não haverá infração. E será possível que as companhias também promovam ações de mitigação dessas diferenças salariais e, posteriormente, haverá uma fiscalização”, esclarece, em entrevista ao Correio.

Em novembro passado, a portaria que regulamenta a lei foi publicada, prevendo mecanismos para promover o pagamento de salários iguais para homens e mulheres em empresas com, pelo menos, 100 funcionários. “Os dados de salários e características individuais para construir as diferenças por categorias dentro da empresa são os mesmos que o ministério já recebe pelo cadastro do e-social, considerando o salário sobre os quais eles pagam impostos e Previdência Social”, pontua.

Quando o relatório for divulgado, segundo Paula Montagner, se houver diferenças salariais nas informações, respeitando a lei de proteção de dados das empresas sobre os funcionários, o MTE enviará notificações no caso de diferenças salariais entre homens e mulheres na mesma função. Ela explica que cada empresa terá 90 dias para construir um plano de mitigação das desigualdades identificadas no relatório.

“A fiscalização poderá ir a qualquer momento para a autuação e se a empresa não apresentar explicações válidas para as diferenças, poderá ser objeto de um processo administrativo que vai ter um plano hábil dentro dos formatos de fiscalização, seguindo a legislação. Mas se a resposta não conseguir retirar a percepção e os dados de discriminação, a empresa poderá ser multada dentro da lei”, ressalta.

Uma das multas destacada por ela é a sobre a transparência do relatório, pois se a empresa não der publicidade interna sobre o documento que será divulgado pelo MTE aos funcionários, poderá receber uma multa de 3% da folha de pagamentos, limitada a 100 salários mínimos (R\$ 141,2 mil).

Polêmicas com CBO

O processo para a construção do relatório está sendo questionado por especialistas da área de recursos humanos de grandes corporações ouvidas pelo Correio. De acordo com o executivo de uma instituição financeira, existe um problema com o Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO) utilizado pelo ministério para a base do relatório, “que possui 400 e poucas classificações” enquanto um banco tem mais de 8 mil cargos e funções.

“A medida estatística do ministério tenta encaixar possibilidades de classificações do CBO e isso está sendo um problema que está sendo debatido internamente e externamente junto às entidades patronais. A lei, em si,



CLIPPING

DATA

14.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

17 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

é uma evolução civilizatória normal, mas o problema está na forma como está sendo debatido o jeito de implementar o relatório”, afirmou um executivo que pediu anonimato.

“Os parâmetros não são comparáveis e há riscos no uso do CBO, porque está criando uma confusão”, frisa. Segundo a fonte, as entidades patronais estão se organizando para fazer um comunicado conjunto ao governo sobre os problemas do questionário que está sendo utilizado para o relatório. Na semana passada, segundo os técnicos de várias empresas, a live realizada por técnicos do MTE e do Ministério da Igualdade Racial, “deixou mais dúvidas do que respostas”.

Atualização

A subsecretária Paula Montagner, por sua vez, minimiza o problema apontado por técnicos de empresas sobre a limitação do cadastro. “As pessoas pensam no CBO como algo que ficou parado no tempo, mas ele vive sendo atualizado pelo MTE com ajuda da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). E, na maioria das vezes, o que eles querem é um sinônimo para uma ocupação que já existe, quando o princípio da classificação de ocupações é uma certa homogeneidade de tarefas e existem 2,6 mil ocupações enquanto outros países alcançam 1,2 mil a 1,3 mil”, afirma.

“Cada ocupação e cada empresa vai ter um relatório e essas diferenças muito específicas estão diluídas no grupo do CBO. Se houver uma boa distribuição de homens e mulheres e que tenham condições de trabalho iguais ou se forem muito diferentes ou se a empresa criar uma segmentação de mercado que não é realista para situações equivalentes, vamos ter um longo trabalho para discutir esses casos”, acrescenta Montagner.

De acordo com a subsecretária, não haverá multas imediatas, como algumas empresas temem, mas o principal objetivo é reduzir as diferenças internas nas empresas entre as remunerações de homens e mulheres. “O que estamos procurando é uma situação de discriminação que, às vezes, pode estar disfarçada com hora extra para a diferenciação salarial, mas vamos checar se todos estão tendo a mesma oportunidade. Essa é a discussão que vamos fazer e as empresas precisam ter um bom debate sobre o plano de mitigação”, informa. A técnica do MTE lembra que as multas vão ocorrer depois da autuação e do prazo para a mitigação das diferenças.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 14.02.2024 – PÁG. OPINIÃO

Crise da democracia no Brasil

Lucio Rennó

Os eventos desvendados na semana passada pelas investigações da Polícia Federal apontam para fatos extremamente graves que ocorreram no Brasil nos dois últimos anos, ao menos, da gestão do presidente Jair Bolsonaro. Há fortes indícios de que se tramou, de forma organizada e em momentos sequenciais orquestrados, a derrubada do regime democrático no Brasil. Desde 1964, o país não enfrentava a ameaça de um novo golpe vitimando a democracia. Após o processo de redemocratização, as elites e a população, embora de forma reticente e inconstante, como mostram dados de opinião pública, abraçaram o regime democrático.



Isso mudou dramaticamente de 2013 em diante, chegando ao seu ápice no governo Bolsonaro. É fato que o país viveu intenso processo de desgaste do regime, com um recrudescimento de enclaves autoritários na sociedade e nas elites políticas. A retórica autoritária voltou a ser bradada. Os violentos protestos de rua em 2013, os primeiros em sua magnitude após décadas, desencadearam um processo acentuado de queda do apoio popular aos políticos no poder e de insatisfação com o funcionamento das instituições democráticas. O humor da população azedou. Foram vários os episódios subsequentes que pioraram a situação, incluindo crises políticas e econômicas simultâneas e continuadas, imensa instabilidade política que culminou no governo interrompido de Dilma Rousseff e fracassado de Michel Temer, o qual passou mais tempo se defendendo de tentativas de remoção do cargo do que aprovando propostas legislativas.

A turbulência política resultou na eleição de um governo de inclinação populista, antissistêmico, que, claramente, se distanciava dos partidos políticos que governaram o Brasil, e que oferecia um forasteiro (outsider) como alternativa de mudança profunda. No poder, Bolsonaro seguiu sua estratégia de ecoar as críticas às instituições democráticas, respaldado por dados de opinião pública que apontam enorme insatisfação popular com o Congresso, com partidos políticos e, crescentemente, com o Judiciário. O primeiro alvo foi o Congresso e o dito toma lá dá cá, do presidencialismo de coalizão.

Quando o risco de um impeachment se impôs, mudou de estratégia e abraçou o Centrão. Voltou, então, seus canhões para o vizinho na Praça dos Três Poderes, o Supremo Tribunal Federal. Sempre apoiado por um séquito político cada vez maior, que Bolsonaro ajudaria a eleger em 2022. Seu partido, o Liberal, tem hoje a maior bancada na Câmara e a segunda no Senado. Vários governadores militam em seu campo. Trata-se de um movimento nacional.

Os enclaves autoritários ganharam as ruas e voz. A participação do ex-presidente em protestos contra as políticas de enfrentamento da pandemia de covid-19, quando apoiadores pediam golpe militar com Bolsonaro no poder, é um exemplo. Outro é a invasão de Brasília por caminhoneiros defendendo golpe no 7

de setembro de 2021, minuciosamente organizada. O risco iminente de perder a eleição aumentou a tentação do golpe, como mostram as falas de diversos atores do governo passado. As eleições de 2022 foram marcadas pelo esforço de deslegitimação do processo de apuração e contagem de votos no Brasil, promovido por Bolsonaro. Algo que custou sua elegibilidade em 2026.

Após uma derrota apertada nas eleições, a menor margem de diferença para o vencedor em nossa história recente, as ameaças à democracia se intensificaram. Pessoas fecharam estradas, acamparam em frente a quartéis militares, depredaram o Plano Piloto duas vezes, falharam em atentado terrorista no aeroporto da capital. Estopins para o caos, justificando a necessidade de intervenção militar. Bolsonaro não entregou a faixa presidencial a Lula.

Claramente, a sucessão de eventos não foi devaneio de alguns. As instituições democráticas no Brasil sofreram forte atentado porque uma parte relevante da população não crê nelas há muito tempo. As crises políticas e econômicas de 2013 em diante, acentuaram esse quadro. Ambientes assim são propícios para o recrudescimento de enclaves autoritários. Pior, a polarização atual leva apoiadores de Bolsonaro a defenderem o ex-presidente incondicionalmente. Para esses, ele é vítima de perseguição. Bolsonaristas alegam o uso político da ação policial para prejudicá-los nas eleições municipais.

A narrativa está posta e não é favorável às instituições democráticas, que para essa parcela grande da população não funcionam bem, muito pelo contrário. Os elementos para a continuidade da crise da democracia no Brasil seguem presentes e seguimos sendo terreno fértil para aventuras golpistas. A ilusão de que as instituições funcionam é ledão engano e, mais, perigosa.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 14.02.2024 – PÁG. A6

Avanço da PF deve acelerar denúncia de Bolsonaro pela PGR

Ministros do STF tratam com cautela hipótese de prisão preventiva do ex-presidente; avaliação é de que medida seria adequada somente em caso de obstrução de investigação

Por Luísa Martins, Joice Bacelo e Guilherme Pimenta
— De Brasília e São Paulo

Jair Bolsonaro e seus principais aliados, civis e militares, são investigados por suposta tentativa de golpe de Estado — Foto: Eraldo Pereira/AP

A investigação sobre uma **tentativa de golpe de Estado** no país fechou o cerco contra o ex-presidente **Jair Bolsonaro** na semana passada, o que deve levar a Procuradoria-Geral da República (**PGR**) a oferecer denúncia formal contra os suspeitos em breve.





CLIPPING

DATA

14.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

20 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) avaliam que os elementos que se tem hoje já seriam suficientemente robustos até para uma ordem de **prisão preventiva**, especialmente depois de vir à tona a íntegra do vídeo da reunião ministerial de 5 de julho de 2022, mas o assunto está sendo tratado com cautela. Na reunião, o então presidente convocou seu Gabinete a agir antes das eleições, sob pena de “um caos no Brasil”.

O vídeo foi disponibilizado pelo ministro do STF **Alexandre de Moraes** na esteira da operação “Tempus Veritatis”, da **Polícia Federal**, na quinta-feira (8).

A operação mirou **Bolsonaro** e seus principais aliados, tanto civis como militares. Quatro pessoas foram presas preventivamente e o presidente do PL, **Valdemar da Costa Neto** - alvo de buscas - acabou sendo detido em flagrante por porte ilegal de arma. [Dois dias depois, ele obteve liberdade provisória.](#)

Seguem presos os ex-assessores de Bolsonaro Filipe Martins e Marcelo Câmara, assim como os militares Rafael Martins (major do Exército) e [Bernardo Romão Corrêa Neto](#) (coronel).

Eles são suspeitos de participar de um esquema de **ataque à democracia** que, segundo a PF, era dividido em seis núcleos. Os objetivos gerais incluíam elaborar minutas de decretos que embasariam o golpe, fornecer apoio logístico e financeiro aos manifestantes antidemocráticos e monitorar autoridades ilegalmente.

Os generais **Walter Braga Netto** e **Paulo Sergio Nogueira**, ex-ministros de Bolsonaro, também foram alvos de diligências.

Prender Bolsonaro neste momento pode surtir efeito contrário e insuflar seus apoiadores

Em detalhado relatório, a **PF** aponta que o grupo começou a trabalhar antes da eleição, com o objetivo de desacreditar o processo eleitoral, planejar um **golpe de Estado** e abolir o Estado Democrático de Direito.

A investigação também apontou que Bolsonaro teve participação ativa na elaboração da “[minuta do golpe](#)” - documento que previa uma **intervenção no Poder Judiciário** para impedir a posse de **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT).

Nos bastidores do STF, há expectativa de que a denúncia da PGR ocorra a curto prazo. O atual procurador-geral, **Paulo Gonet**, é considerado, em geral, alinhado a **Alexandre de Moraes**.

No entanto, decretar **prisão preventiva** do ex-presidente é uma medida que, pelo menos por ora, está fora do radar. Segundo fontes a par das apurações, **Bolsonaro** só será preso se condenado pelo **STF**, ou seja, já em caráter definitivo.

Para os magistrados, há um cálculo político que não pode ser desconsiderado. Entre os ministros do STF mais ativos contra a **tentativa de golpe**, a percepção é de que, neste momento, prender Bolsonaro poderia surtir efeito contrário, fortalecendo a sua figura política e insuflando seus apoiadores a promover novos ataques à democracia.



CLIPPING

DATA

14.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

21 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Segundo essa ala da Corte, a **ordem de prisão preventiva** só seria adequada caso fosse descoberta uma clara tentativa do ex-presidente de **obstruir o andamento das investigações**.

Diante desse cenário, a conclusão dos investigadores foi pela [apreensão do passaporte do ex-presidente](#) - o que não só o coloca sob alerta, como também o impede de deixar o país para fugir da Justiça.

A coleta do documento foi uma das mais de 30 diligências cumpridas pela PF na Operação “**Tempus Veritatis**”, após autorização de Moraes.

O ministro, por sua vez, tem repetido a interlocutores que tudo ocorrerá de forma “célere” - inclusive o julgamento, que, estima, deve acontecer até o fim do ano.

As penas previstas para os **crimes** investigados - tentativa de golpe de Estado, tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito e associação criminosa - podem, somadas, chegar a 23 anos de prisão. **Bolsonaro** já foi condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por ataques ao sistema eleitoral e está inelegível até 2030. Se, agora, for processado e condenado por **tentativa de golpe**, esse prazo aumenta. Pessoas punidas na esfera criminal têm seus direitos políticos suspensos durante a execução da pena.

Supondo que Bolsonaro seja condenado ainda neste ano e receba a pena máxima - de 23 anos - ele ficaria impedido de concorrer às eleições até 2047, quando terá 91 anos de idade. O ex-presidente tem, hoje, 68 anos.

A defesa de **Bolsonaro** disse, em nota, que o ex-presidente manifesta “indignação e inconformismo” com as medidas cautelares, como a apreensão de seu passaporte, e a custódia preventiva de auxiliares próximos. “Jamais compactuou com qualquer movimento de desconstrução do Estado Democrático de Direito.”

Defensores de outros **alvos da operação da PF** e aliados do ex-presidente têm dito, além disso, que não se pode considerar crime algo que não se concretizou. “O que houve ali foi uma conversa, mera especulação, não teve planejamento”, afirmou um advogado ao **Valor**.

Para **Lenio Streck**, pós-doutor em Direito e um dos autores da nova Lei de Segurança Nacional, em vigor desde 2021, no entanto, existe crime mesmo sem que o golpe tenha se confirmado. “Porque esse crime jamais poderia ser analisado como consumado. Se consuma, a pessoa já está no poder e não será julgada. O crime é a tentativa”, ele frisa.

Há **crime**, segundo o jurista, quando pessoas se reúnem para pensar sobre e ter elementos para o que ele chama de “empreendimento criminal”. “Neste caso teve minuta, reunião no **Palácio do Planalto** e ministro afirmando que convocaria a **Abin**. São elementos que configuram tentativa de golpe”, diz Streck.

Advogados ouvidos pelo **Valor** destacam que a PF está analisando o material apreendido na semana passada e que os novos dados, além de confirmar as informações obtidas por meio da delação de Mauro Cid, o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, também podem revelar fatos novos e atingir mais pessoas - desencadeando novas fases da operação, com mais buscas e prisões.

Para Daniel Bialski, especialista em **direito penal**, porém, é preciso ter cautela. “A Polícia Federal tem que ter provas efetivas e fazer um trabalho bem minucioso para individualizar a conduta de cada uma das pessoas, que precisam ter acesso à investigação e ser ouvidas”, ele diz.

Depois de cumpridas essas etapas, a **Polícia Federal** conclui o seu relatório e o envia para a PGR, que pode oferecer denúncia e remeter ao caso ao relator, o ministro **Alexandre de Moraes**. É só nesse momento, diz o advogado, que se inicia a **ação penal** e pode haver o julgamento.

Bialski já atuou como advogado de alguns bolsonaristas, dentre eles, a ex-primeira-dama **Michelle Bolsonaro**.

O **Exército** se manifestou sobre os militares investigados na operação por meio de nota. Disse que a condução de processos internos contra os que possam estar envolvidos em atos golpistas dependerá da conclusão da investigação em trâmite no STF.

O Exército também diz que vem colaborando com as autoridades policiais nas investigações conduzidas no âmbito do inquérito policial, que continua em andamento. Quando concluído, caberá à **PGR** definir se denunciará ou não os envolvidos, que então serão julgados pelo **STF** e, no limite, condenados.

Alexandre de Moraes, o relator das investigações no STF, determinou o afastamento de seis militares de suas funções públicas. Eles não perdem a patente, mas ficam impedidos de exercer os postos para os quais estavam designados.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 14.02.2024 – PÁG. E1

Escritórios de advocacia fecham 2023 com receita maior e projetam crescimento

Aumento de capital no caixa de seis das maiores bancas do país variou entre 3% e 15%

Laura Ignacio

O mercado jurídico prevê alcançar este ano números iguais ou melhores que os de 2023. O ano passado não foi ruim para os grandes escritórios de advocacia, mas ficou aquém do esperado, com crescimento de receita em torno de 3% a 15%, em comparação com 2022, segundo os CEOs de seis das maiores bancas do país. Para este ano, dizem, para elevar os resultados, as apostas estão, principalmente, em negócios cujas conversas já foram iniciadas, nos bastidores dos escritórios de advocacia, no fim de 2023. Eles são relacionados aos setores de energia, arbitragem, infraestrutura e tributário - por causa da reforma -, além da volta dos processos de abertura de capital na B3 (as ofertas públicas iniciais ou, na sigla em inglês, IPOs).

A expectativa era alta para 2023, especialmente porque foi o primeiro ano do governo Lula. Porém, logo no mês





CLIPPING

DATA

14.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

23 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

de janeiro, o país enfrentou uma tentativa de golpe de Estado e foi deflagrada a crise nas Americanas - o que retraiu os bancos quanto a concessões de crédito em geral. Com escassez de crédito, as transações de fusões e aquisições (M&A, das iniciais em inglês), que costumam gerar grande parte da receita das grandes bancas, minguaram. Em relação a 2022, a estimativa é de que, no ano passado, houve uma redução da ordem de 30% no volume de operações de M&A.

Para Fernando Serec, CEO do TozziniFreire, “2023 foi um ano que começou bem, mas o caso Americanas deu uma balançada e a economia não foi tão bem como imaginávamos”. Na banca, segundo ele, cresceram as áreas de tributário, arbitragem, contencioso, trabalhista mais qualificado, compliance e antitruste. Para este ano, Serec prevê um crescimento contínuo da arbitragem. Um dos motivos é o aumento no número de conflitos, ligados à área de infraestrutura ou relacionados a projetos particulares, na área de energia, por exemplo. “Mas também apostamos em um aumento no número de M&As, além de movimentações na área de direito digital, relativa às grandes empresas de tecnologia, muitas delas nossas clientes”, diz.

As recuperações judiciais e a litigiosidade alta devem continuar” — Fernando Meira

No ano passado, TozziniFreire contratou, segundo ele, apenas três sócios de fora da banca e, para este ano, a previsão é a mesma. “Talvez com alguma união de escritórios”, afirma. “Fechamos 2023 com crescimento de receita em torno dos 15% e esse mesmo percentual é a meta para 2024”. O mercado em 2023, pondera Tito Andrade, CEO do Machado Meyer, “ficou mais arredo do que a gente esperava”. “Tivemos um crescimento de receita de um dígito em comparação com 2022”, diz.

Segundo Andrade, a expectativa para este ano é mais positiva porque o ano de 2023 se encerrou com um viés de alta. “Projetamos um M&A mais forte, pois algumas companhias já estavam contratando para a preparação de um eventual IPO neste primeiro semestre. Há ainda a possibilidade de alguns projetos de infraestrutura grandes, eventualmente relacionados à privatização da Sabesp ou uma possível relicitação de Viracopos”, diz.

Para Andrade, a transição energética continua no radar do investidor. “O que ouvimos dos investidores estrangeiros é que o cenário mais difícil na Rússia, Turquia e Argentina vem posicionando o Brasil para receber ao menos uma parcela dos recursos canalizados para países em desenvolvimento”, afirma. “Nossa meta de crescimento para 2024 varia entre 10% e 15%”. Onze dos 116 sócios do Machado Meyer foram anunciados ao longo de 2023. Foram fortalecidas, no ano passado, as áreas de life science, telecomunicações, antitruste, trabalhista e seguros/resseguros.

Uma boa surpresa em 2023 foi o forte crescimento nas áreas de seguros — Paulo Rocha

Mesmo para os escritórios de advocacia internacionais, com as altas taxas de juros nos Estados Unidos, 2023 foi fraco, de acordo com Paulo Rocha, CEO do Demarest Advogados, banca que completou 75 anos no ano passado. “Mas, apesar de o mercado de M&A não ter sido tão bom quanto esperávamos, ajudou termos assessorado algumas operações complexas”, diz. “Tivemos um crescimento de receita de 9%, mas não foi um ano ruim.”

Uma boa surpresa em 2023, acrescenta Rocha, foi o forte crescimento nas áreas de seguros, tributária e de operações envolvendo infraestrutura. Com a consolidação da taxa de juros no mundo, Rocha está otimista



CLIPPING

DATA

14.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

24 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

sobre este ano. Somando sócios, advogados e estagiários, o Demarest contratou 143 colaboradores em 2023 (até novembro), sendo 65% mulheres. “Contratamos profissionais com expertise em infraestrutura, financiamento, questões regulatórias, mercado de capitais e incorporamos um escritório especialista em arbitragem”, diz.

Já o escritório Mattos Filho cresceu 3% em receita em 2023, alcançando R\$ 1,4 bilhão de faturamento - a banca é uma das únicas que divulga o quanto fatura. “Há uma expectativa positiva para esse ano, principalmente com a retomada da economia”, afirma Roberto Quiroga, CEO do escritório, que em abril, passará o bastão de sócio-diretor para Pedro Dias, sócio da área de societário. Em novembro, a banca totalizou 780 profissionais, sendo 139 sócios. Oito deles foram promovidos em 2023 e dois foram contratados para as áreas de seguros e serviços financeiros. As áreas tributária, de contencioso, trabalhista e de reestruturação, além das de sucessão patrimonial e infraestrutura, são as que mais cresceram, segundo Quiroga. Já as que tiveram maior dificuldade em 2023, diz ele, foram as de mercado de capitais, compliance e societário.

No último trimestre de 2023 já sentimos um crescimento nas áreas de societário e M&A — Roberto Quiroga Para este ano, as perspectivas são outras para fusões e aquisições. “No último trimestre de 2023 já sentimos um crescimento nas áreas de societário e M&A e prevemos que continuaremos crescendo com as áreas de contencioso civil, tributário, infraestrutura, seguros e trabalhista”, afirma Quiroga. O ano, destaca, também promete ser bom nos segmentos de finance e ESG. “E vamos desenvolver propriedade intelectual e direito de entretenimento. Pensamos em dois dígitos este ano.”

Também no Pinheiro Neto a expectativa para 2023 era mais alta do que o que se concretizou. “Práticas transnacionais sofreram reduções muito importantes, seja em número ou peso”, diz Fernando Meira, CEO da banca. “A área empresarial teve excelente resultado em 2022, mas em 2023 as áreas tributária e contenciosa a ultrapassaram, neutralizando perdas de receita em relação às práticas mais dependentes do cenário macroeconômico.”

Segundo Meira, a área tributária, por exemplo, se beneficiou da retomada do Conselho Administrativo de recursos Fiscais (Carf) e, no Judiciário, do desfecho de vários casos relevantes. “Acabamos tendo em 2023 uma receita 10% acima da relativa ao ano de 2022 e a lucratividade caminhou junto, até um pouco melhor com disciplina e controle de custos”, afirma. Sobre este ano, Meira aponta que o Brasil tem atraído investimentos de fora do país. “Com Rússia cancelada, China mais hostil e taxa de juros baixando, se a gente tiver uma agenda de mais ganho de produtividade, combinada com responsabilidade fiscal, o mercado de capitais vai destravar, os IPOs voltam, sobra mais dinheiro e aumenta a confiança para investimentos fomentando novos projetos”, diz. “Mas as recuperações judiciais e a litigiosidade alta devem continuar”, pondera.

Se o caso Americanas impactou muitas bancas, indiretamente, de forma negativa, para o BMA - um dos escritórios de advocacia que representa a empresa - foi motivo de destaque. “O mercado foi frustrante em relação à quantidade de operações, mas, por outro lado, tivemos a oportunidade de termos nos envolvido em alguns dos maiores casos de reestruturação de empresas: o da Americanas, além do da Light e o da Oi”, afirma Amir Bocayuva, CEO da banca.

Bocayuva também aponta que 2023 foi um ano de novos tipos de gestão de crise pelo escritório. “Atuamos em casos de ataques cibernéticos a empresas de saúde como o Grupo Fleury, por exemplo, e em disputas envolvendo patentes de tecnologia, como de empresas de streaming”, diz. “Batemos a meta e crescemos 15% em relação a 2022.”

Para este ano, o CEO do BMA aposta que o setor de energia deve movimentar bastante o escritório, em relação a questões regulatórias, de infraestrutura e ambiental. “Além disso, toda parte de propriedade intelectual e negócios digitais deve demandar com o aumento do uso da inteligência artificial, o que envolve direitos autorais e proteção de dados”, diz.

O advogado também prevê que, este ano, as empresas devem voltar a emitir ações para financiar projetos de crescimento e expansão, com uma onda de M&A na sequência. “E o nosso tributário já está enlouquecido por causa da reforma, que certamente demandará muita consulta e um novo contencioso.” Quanto a contratações, duas áreas foram agraciadas com novas sócias no BMA ano passado: Ambiental e Mudanças Climáticas, além da recém-criada área de Contratos Comerciais e Franquias.

Grandes bancas passam a investir em inteligência artificial

Escritórios já usam robôs e investem no desenvolvimento de chatbots próprios

Uso de robôs, investimento no desenvolvimento de chatbot próprio, criação de concurso de inovação no escritório. As bancas de advocacia já começaram a se movimentar para usar a inteligência artificial (IA) nas suas atividades. Desde dezembro, o Machado Meyer Advogados, por exemplo, adotou o “Microsoft Azure OpenAI Service” para desenvolver uma ferramenta de IA para auxiliar o escritório em quatro demandas principais: traduções, revisões, resumos e pesquisas.



“Temos olhado a IA com muito cuidado, desde 2017, e o tema tem estado na ordem de prioridade do escritório”, diz Tito Andrade, CEO da banca. “Por meio do uso da IA, queremos ganhar eficiência, ter dados melhores e, conseqüentemente, uma produção de conteúdo de mais qualidade para os nossos clientes”, acrescenta.

Um outro produto da Microsoft foi implementado pelo Demarest Advogados. Também em dezembro a banca adotou o Copilot, que é uma ferramenta de conversação que pode gerar diversos conteúdos, com base em jurimetria, por exemplo, para otimizar processos judiciais, “mantendo o compromisso com a privacidade e a segurança de dados dos clientes”. O objetivo é que os profissionais da banca possam dedicar mais tempo às estratégias e soluções jurídicas. Além disso, segundo Paulo Rocha, CEO do escritório, por lá está em fase final a implementação de um “ChatGPT privado”.

Robôs já fazem parte do cotidiano do BMA Advogados. Por enquanto, eles estão sendo aplicados no backoffice (área administrativa) do escritório para tarefas repetitivas. Porém, um time do BMA, diz o CEO Amir Bocayuva, já se debruça sobre um projeto-piloto de um robô de IA mais sofisticado, que atuará na elaboração de contratos, como os de fusões e aquisições, tanto na montagem dos termos como na sua evolução.

“Internamente não proibimos, mas treinamos as pessoas para não colocarem nos softwares informações de clientes que se permita identificar os casos”, diz. “E sempre exigimos checar as informações porque a IA pode inventar coisas também”, afirma. Já no Mattos Filho, a aplicação da inteligência artificial ainda está no início. “Não estamos usando ainda chats de IA disponíveis no mercado, mas conversamos com consultorias para ter um chat próprio em breve”, diz o CEO Roberto Quiroga.

Sempre exigimos checar as informações porque a IA pode inventar coisas também — Amir Bocayuva

O Pinheiro Neto prefere esperar para ver quais serão as experiências das outras bancas. “Provavelmente, vamos comprar alguma ferramenta, em um ou dois anos, quando se chegar a um consenso sobre as melhores para uso pelos escritórios de advocacia. Aí faremos uma curadoria para selecionar o que melhor nos atenda”, afirma Fernando Meira, CEO da banca.

De acordo com ele, “o tamanho do escritório exige que a gente seja muito cuidadoso nessa seara”. Mas, segundo Meira, o Pinheiro Neto está sempre debatendo sobre IA com seus pares locais, além de escritórios estrangeiros e promove, internamente, um concurso de inovação “para incentivar essa mentalidade entre os profissionais”. No TozziniFreire, o uso da IA é visto com parcimônia também. “Temos tomado todo o cuidado nos primeiros experimentos que temos feito”, diz Fernando Serec, CEO do escritório. “Mas a expectativa é promissora e a ideia é fazer com que tenhamos um trabalho de melhor qualidade com o uso da IA”, acrescenta.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 14.02.2024 – PÁG. E2

Saneamento básico e o licenciamento ambiental

Há janela de oportunidade, trazida pela legislação federal em 2020 e ainda pouco explorada, para instituição de regras específicas e adequadas ao licenciamento ambiental

Fabiana Figueiró

O ano de 2024 inicia com expectativas de retomada das concessões e desestatizações no setor de saneamento básico. A sistemática trazida pelo novo marco regulatório do saneamento trouxe profundas mudanças na forma de prestação dos serviços, com metas de atendimento de 99% da população com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033.





CLIPPING

DATA
14.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
27 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

A realidade tem mostrado que o alcance dessas metas depende não apenas de investimentos econômicos, projetos de engenharia e logística, mas também da obtenção de uma série de licenças e autorizações ambientais para implementação das estruturas necessárias ao tratamento de água e esgotamento sanitário. Nesse cenário, o país ainda precisa evoluir nos arranjos legais e na estruturação das políticas públicas para acelerar a implementação de tais serviços.

No licenciamento ambiental, que em muitos casos é de competência dos órgãos estaduais, é fundamental que as autoridades competentes revisitem as exigências para emissão de licenças, considerando os benefícios ambientais decorrentes. Isso porque tais serviços têm a função de, por exemplo, tornar ambientalmente adequados o descarte dos efluentes sanitários gerados pela sociedade, os quais são inevitáveis, e a garantir a qualidade da água por ela consumida, o que é essencial.

Nesse viés, caberia avaliar em que situações o licenciamento é uma exigência pertinente, tendo em vista os ganhos ambientais advindos do saneamento básico. Ainda, naqueles casos em que tal procedimento seja, de fato, fundamental, é imperioso o estabelecimento de critérios que imprimam eficiência à emissão das licenças - como o licenciamento simplificado ou a licença por adesão e compromisso, possibilitando a implementação dos projetos de forma célere e com segurança jurídica, sem prejuízo das medidas de controle e fiscalização da operação.

Essa reflexão é necessária pois o avanço na cobertura de esgotamento sanitário e de água tratada representa inquestionável melhoria na qualidade de vida. Tanto é assim que a Organização das Nações Unidas, ao definir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como um apelo global para atingimento da Agenda 2030, tratou de incluir, no ODS 6, a meta de se assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. As externalidades positivas trazidas por esse serviço ao meio ambiente são facilmente identificáveis se considerarmos os benefícios aos recursos hídricos, solo, vegetação, fauna e saúde pública associada.

Na prática, contudo, não raras vezes, o procedimento para licenciamento ambiental referente aos serviços de saneamento básico segue a mesma lógica do aplicado às atividades econômicas em geral. Por isso, a obtenção dessas licenças tem alargado o cronograma do desenvolvimento, manutenção e ampliação de novos projetos. Embora não se questione a importância do licenciamento ambiental no caso de atividades potencialmente poluidoras ou causadoras de impactos ambientais - e menos ainda a importância do cumprimento da legislação ambiental, independentemente de a atividade ser ou não licenciável -, a reflexão é: em que medida nosso sistema de meio ambiente está preparado para responder, de forma célere e eficiente, às demandas dos futuros empreendimentos voltados à universalização do saneamento? Ou ainda: em que medida a legislação ambiental abarca, de forma adequada, a essencialidade desse serviço e os benefícios ambientais decorrentes, de modo a garantir agilidade e prioridade a tais procedimentos?

Infelizmente, as respostas tendem a ser negativas. Por isso, é preciso criar, com urgência, um tratamento diferenciado para essa atividade, a fim de acelerar a implementação dos cronogramas de cobertura de água tratada e esgotamento sanitário. A Lei Federal nº 14.026/2020 já abriu um espaço para que se construam procedimentos capazes de dar vazão aos requerimentos de licenças. O novo marco regulatório previu que o licenciamento ambiental de unidades de tratamento de esgotos sanitários, de efluentes gerados nos processos de tratamento de água e das instalações integrantes dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos considerará os requisitos de eficácia e eficiência, a fim de alcançar, progressivamente, os padrões

estabelecidos pela legislação. Determinou, ainda, que a autoridade ambiental competente deverá assegurar prioridade e estabelecer procedimentos simplificados de licenciamento para tais atividades, em função do porte das unidades, dos impactos ambientais esperados e da resiliência de sua área de implantação.

Nesse panorama, há janela de oportunidade, trazida pela legislação federal em 2020 e ainda pouco explorada, para instituição de regras específicas e adequadas ao licenciamento ambiental desses serviços. Dada a matriz de competência para o licenciamento de tais atividades, cabe especialmente aos Estados e seus órgãos ambientais se debruçarem com afinco sobre essa matéria e definir as situações em que o licenciamento é pertinente, instrumentalizar as regras e procedimentos necessários à vazão aos pedidos de licenças e garantir eficiência e segurança jurídica a empreendedores e agentes públicos licenciadores. Afinal, esses serviços servem para sanear os impactos que são causados por toda a sociedade, evitando que efluentes brutos sejam lançados diretamente nos rios e no solo, além de proporcionar o acesso à água potável a todos.

FATOS HISTÓRICOS DO DIA– SEBIB

Dia 14 de Fevereiro - Quarta-feira de Cinzas

A Quarta-feira de Cinzas observa-se um dia depois da terça-feira de Carnaval. Também conhecido como o Dia das Cinzas, é o primeiro dia da Quaresma no calendário cristão. É celebrado 40 dias antes da Páscoa (sem contar os domingos) e calha sempre entre o início de fevereiro (dia 4) e a segunda semana de março (dia 10).

Não é feriado, mas é um dia importante no calendário cristão, apelando-se ao jejum, abstinência de carne, a dar esmolas e à reflexão.

Tradições da Quarta-feira de Cinzas

As cinzas, que provêm da queima dos ramos abençoados no Domingo de Ramos do ano anterior, representam a mortalidade e o arrependimento dos pecados.

Por esse motivo, o padre coloca as cinzas na testa dos católicos durante as missas realizadas neste dia por todo o país, onde se recorda:

“Com o suor do seu rosto você comerá o seu pão, até que volte à terra, visto que dela foi tirado; porque você é pó, e ao pó voltará”.

(Gênesis 3, 19)

Enquanto traça a cruz na testa dos fiéis, o sacerdote profere estas palavras: "arrependei-vos e acreditai no Evangelho".

Esta tradição remonta ao antigo Médio Oriente, onde o ato de colocar cinzas sobre a cabeça era um símbolo de arrependimento perante Deus.





JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

BIBLIOTECA

DATA
14.02.2024

PÁGINA Nº
29 de 28

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Desta maneira, os católicos começam a se preparar para o período da Quaresma. A Quaresma simboliza o período em que Jesus ficou no deserto, em penitência e sendo tentado pelo demônio. A Quarta-feira de Cinzas é um rito próprio da Igreja Católica Romana, não sendo observada pelas igrejas ortodoxas.